

BRASIL E CHINA: A COOPERAÇÃO SOCIAL COMO UMA NOVA PERSPECTIVA

Sandra Marines de Campos Velozo¹

Anna Chiara Carletti²

Resumo:

Durante muito tempo as questões político-econômicas tiveram prioridade nas agendas dos governantes de diversos países. Neste contexto, Brasil e China tiveram o mesmo enfoque de prioridades, dando pouca ênfase às questões sociais que envolviam, por exemplo, os estrangeiros em seus territórios. Porém, nas últimas décadas, uma série de eventos, de cunho social, pôs em pauta assuntos até então negligenciados, como migrações internacionais e direitos humanos. Por este motivo, esta pesquisa tem como tema as relações bilaterais do Brasil e da China de 1970 à 2018 e visa responder se houve, em decorrência da mudança na pauta de debates internacionais, um estreitamento da cooperação social bilateral sino-brasileira. Para isso será feita uma análise, com uso de uma abordagem qualitativa amparada no método histórico e comparativo sincrônico, das relações político-econômicas e da cooperação social do Brasil e da China, visando identificar os períodos de maior estreitamento destas relações e compreender em que momento a cooperação social passou a fazer parte das premissas destes países. De antemão, pode-se enfatizar que há evidências de que estas relações, especialmente no que concerne ao plano social, obtiveram maior destaque no período em questão.

Palavras-chave: Brasil; China; Relações Bilaterais; Cooperação Social.

Modalidade de Participação: Pós-Graduação

BRASIL E CHINA: A COOPERAÇÃO SOCIAL COMO UMA NOVA PERSPECTIVA

¹ Aluno de pós-graduação. sandravelozo@aluno.unipampa.edu.br. Autor principal

² Docente. annacarletti@unipampa.edu.br. Orientador

BRASIL E CHINA: A COOPERAÇÃO SOCIAL COMO UMA NOVA PERSPECTIVA

RESUMO

Durante muito tempo as questões político-econômicas tiveram prioridade nas agendas dos governantes de diversos países. Neste contexto, Brasil e China tiveram o mesmo enfoque de prioridades, dando pouca ênfase às questões sociais que envolviam, por exemplo, os estrangeiros em seus territórios. Porém, nas últimas décadas, uma série de eventos, de cunho social, pôs em pauta assuntos até então negligenciados, como migrações internacionais e direitos humanos. Por este motivo, esta pesquisa tem como tema as relações bilaterais do Brasil e da China de 1970 à 2018 e visa responder se houve, em decorrência da mudança na pauta de debates internacionais, um estreitamento da cooperação social bilateral sino-brasileira. Para isso será feita uma análise, com uso de uma abordagem qualitativa amparada no método histórico e comparativo sincrônico, das relações político-econômicas e da cooperação social do Brasil e da China, visando identificar os períodos de maior estreitamento destas relações e compreender em que momento a cooperação social passou a fazer parte das premissas destes países. De antemão, pode-se enfatizar que há evidências de que estas relações, especialmente no que concerne ao plano social, obtiveram maior destaque no período em questão.

Palavras-chave: Brasil; China; Relações Bilaterais; Cooperação Social.

1 INTRODUÇÃO

As questões político-econômicas, durante muito tempo, obtiveram destaque nas agendas dos governantes do Brasil e da China e seguiam em concordância com as prioridades enfatizadas pelos governantes de outros países, que davam pouca ênfase às questões sociais que envolviam, por exemplo, os estrangeiros em seus territórios. Porém, nas últimas décadas, uma série de eventos, de cunho social, pôs em pauta assuntos até então negligenciados, como migrações internacionais e direitos humanos. A escolha do tema desta pesquisa é resultado, em parte, das novas discussões sobre relações sociais internacionais e justifica-se pela relevância da cooperação entre estes países e destes para o sistema internacional. Além disso, a importância dada às questões sociais nos debates internacionais demanda que se analise como o Brasil e a China estão trabalhando neste quesito. O objetivo principal desta pesquisa é analisar a questão das relações político-econômicas e da cooperação social entre o Brasil e a China, dentro do período de 1970 a 2018. Busca-se também num primeiro momento identificar os períodos de maior estreitamento nas relações bilaterais sino-brasileiras e posteriormente compreender de que forma a cooperação social passou a fazer parte das premissas destes países. Com base no exposto anteriormente e utilizando-se dos objetivos já citados, este estudo visa responder se houve, em algum momento do período a ser analisado, um estreitamento na cooperação social entre o Brasil e a China. A princípio, parte-se da hipótese de que devido ao aumento do intercâmbio populacional e ao surgimento de uma nova visão acerca dos indivíduos dentro do sistema internacional, tenha ocorrido em algum momento do período analisado, um estreitamento na cooperação social entre o governo brasileiro e o governo chinês.

2 METODOLOGIA

Para entender as relações político-econômicas e a cooperação social entre o Brasil e a China será utilizada com destaque a obra de Danielly Becard (2008). Não obstante, as questões colocadas no livro “*Brasil e China no Reordenamento das Relações Internacionais: Desafios e Oportunidades*”, que reúne artigos de Affonso de Ouro Preto, Anna Maria Jaguaribe Mattos (2011), entre outros, servirão para elucidar o tema desta pesquisa. Utilizar-se-á também de citações de fonte eletrônica. Com base nestas referências, busca-se no decorrer do resumo do artigo elucidar os argumentos acerca das relações sino-brasileiras, utilizando-se de uma abordagem qualitativa, amparada no método histórico e comparativo sincrônico.

3 RESULTADOS e DISCUSSÃO

Como resultado desta pesquisa, observa-se que as relações diplomáticas entre o Brasil e a China, estabelecidas em 1974, marcam o início de um novo período na política externa destes países.

Becard (2008) coloca em seu livro que as relações sino-brasileiras aprofundaram-se no governo Geisel, de 1974 a 1979, quando buscava-se uma diversificação das parcerias e que até então o que ocorria eram apenas trocas diplomáticas, de cunho mais político do que econômico. A partir do novo posicionamento seguido pela China em relação aos países do terceiro mundo, principalmente após o fim da Guerra Fria, é que o Brasil passa, ainda que de forma incipiente, a manifestar maior empenho em estreitar os laços com este país oriental.

O período entre o Governo José Sarney (1985-1990) e o Governo Collor de Mello (1990-1992) é considerado por Becard (2008) e por Mattos (2011) como crucial para o retrocesso das relações sino-brasileiras que só voltaram a evoluir com o início do Governo de Itamar Franco (1992-1994).

Em 1992, já no Governo de Itamar Franco, Cardoso, na qualidade de Chanceler, convidou o Embaixador chinês em Brasília para dialogar sobre as relações bilaterais entre o Brasil e a China. Para Becard (2008) este convite manifestou o empenho por parte do governo brasileiro de entrar em uma nova etapa das relações com a China, fortalecendo as áreas da cooperação econômica e tecnológica que foram favorecidas a partir do fortalecimento das relações entre os dois países. O autor Preto (2011) afirma que a parceria estratégica entre o Brasil e a China, que foi instituída em 1993, adveio justamente 21 anos após a afirmação das relações diplomáticas sino-brasileiras do Governo Geisel, em 1974. Segundo Mattos (2011), “é nesta fase de idealização de regras e de uma agenda de governança global alternativa que a relação estratégica do Brasil com a China pode ser inovadora” (MATTOS, 2011, p. 47).

Em 1993, de acordo com Becard (2008) foram assinados, entre o Brasil e a China outros dois importantes documentos que envolviam as áreas da energia elétrica e espacial. Assim como o minério de ferro, a iniciativa de cooperar no setor hidroelétrico ajudou na recuperação da relação bilateral que havia diminuído entre 1990 e 1991. Este mesmo ano, marcou a assinatura de acordos relacionados à área educacional que estava quase que esquecida desde o estabelecimento oficial das relações diplomáticas entre o Brasil e a China, em detrimento dos setores científicos e tecnológicos. A cooperação nas áreas da educação e da cultura passa a ter mais relevância somente a partir de 1993, quando Brasil e China começaram a discutir as questões sociais, como intercâmbio estudantil para pós-graduação e pesquisas conjuntas, de professores, sobretudo para o estabelecimento de relações culturais.

O Governo de Luiz Inácio Lula da Silva priorizou as questões político-sociais e buscou, também com afinco, inserir o Brasil neste novo contexto, visando de antemão uma maior autonomia no sistema internacional e a defesa dos interesses nacionais neste sistema. A política do Governo Lula em âmbito internacional era muito similar à política adotada pela China em

busca de uma atuação mais ativa no sistema internacional e a partir de 2003 as relações com a China alcançaram um nível mais elevado, marcado pelas várias visitas dos representantes de ambos os países. No final deste ano, somavam-se, de acordo com Becard (2008), entre acordos bilaterais e pactos empresariais um total de 23 assinaturas.

Foram assinados no ano de 2004, novos acordos comerciais, de investimentos e de turismo chinês no Brasil. Também foi pauta de acordos um Tratado de extradição e a cooperação contra o crime organizado internacional.

Do total dos acordos, documentos e ajustes, assinados entre 1974 e 2009, pelo menos 19 referiam-se a cooperação social entre estes países, abrangendo desde os setores da educação e da saúde até o setor cultural, e destes 14 foram negociados após 1993¹, afirmando mais uma vez que às relações sino-brasileiras no setor social também se intensificaram a partir deste mesmo ano.

Os acordos assinados nestas áreas podem ter contribuído para o impulso da imigração chinesa para o Brasil². Porém, o mais provável é que o alargamento na atual cooperação e o estreitamento das relações na área da cooperação social entre Brasil e China tenha sido resultado do aumento no fluxo de imigração chinesa para vários estados do Brasil. Não obstante, estes fatores evidenciam que, indiferente de onde tenha partido a causa-efeito, as questões relacionadas à imigração e, conseqüentemente, aos direitos humanos, influenciaram nas relações sino-brasileiras e nos acordos que pautaram nos direitos aos indivíduos destes países.

De acordo com Martins (2011), a distância geográfica dos dois países, a cultura de ambos e, por fim, a concorrência entre produtos do mesmo setor, tornam-se a barreira que Brasil e China terão que superar para estreitar de forma concisa suas relações.

No âmbito da evolução das relações sino-brasileiras, as relações sociais ganharam maior importância, assim como as questões culturais. Cabral (2011) enfatiza a relevância da cooperação cultural, afirmando que “o diálogo intercivilizacional e a cooperação cultural mais densa e próxima ajudarão a fazer com que a relação sino-brasileira se transforme num dos pilares da ordem mundial multipolar pós-hegemônica” (CABRAL, 2011, p. 139).

Após a crise de 2008 as relações sino-brasileiras se fortaleceram e se estreitaram no âmbito multilateral, encontrando novos objetivos, como é o caso do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Para Holanda (2011) as relações com a China influenciaram as alterações nas políticas públicas do Brasil e propiciaram a inserção social mesmo em meio à crise de 2008. Segundo Martins (2011), o Brasil e a China são atualmente os dois países em desenvolvimento que mais cresceram e que mais cooperaram em setores políticos, econômicos e culturais.

Martins (2011) afirma que, após 1995 e 2004, ocorre uma nova elevação e um novo estreitamento das relações sino-brasileiras em 2011, influenciadas, sobretudo pela visita da Presidente Dilma Rousseff à China. Em uma ocasião anterior, quando da visita do vice-Presidente, de outro governo, José de Alencar à China, foram constituídos alguns princípios que regeriam as relações futuras entre o Brasil e a China, cabe citar estes princípios pelo fato de que podem ter influência na cooperação social destes, sobretudo na imigração. Entre estes princípios, segundo Martins (2011), destaca-se: o de robustecer a confiança recíproca, por meio da igualdade de consultas; buscar a harmonia sino-brasileira, como forma de aproveitamento dos benefícios e das vantagens auferidas pela relação destes países; seguir a evolução da cooperação internacional; e por fim, estimular as relações entre os povos por meio do intercâmbio.

¹ Neste período o intercâmbio populacional aumentou acentuadamente e as questões de direitos humanos, que já vinham sendo discutidas no âmbito das Organizações Internacionais, como no caso da Organização das Nações Unidas (ONU), passam a fazer parte com mais intensidade das políticas de diversos países, entre estes, Brasil e China;

² Considerações feitas a partir dos dados obtidos no site do Ministério das Relações Exteriores.

Ainda durante o governo Rousseff, no ano de 2012, ocorreu uma intensa troca de visitas entre representantes dos governos chinês e brasileiro, que se reuniram para tratar de temas bastante abrangentes, muitos destes, relacionados à cooperação social. Mas, o principal resultado destas negociações ainda refere-se a um tema há muito priorizado, das relações econômicas, onde a China tornou-se, neste mesmo ano, o principal importador de produtos brasileiros.

As informações do Ministério das Relações Exteriores mostram que os anos de 2013 à 2016, seguiram a mesma linha do ano de 2012, com valor ainda equiparável às relações bilaterais, visando uma maior aproximação entre o Brasil e a China e uma posição de destaque no sistema internacional. Porém, com a mudança no governo em 2016, devido ao impeachment da então presidente do Brasil, Dilma Rousseff, em que Michel Temer, que era vice, assume a presidência, o foco da política externa brasileira muda e passa a dar destaque as relações multilaterais, como é o caso do BRICS.

Quanto às relações sociais, desde que foram colocadas em pauta nos debates e acordos sino-brasileiros, cresceram significativamente, e vem acompanhando gradualmente, embora de forma ainda muito incipiente e com eventuais pausas, os outros setores destas relações, o que confirma a hipótese de que devido ao aumento do intercâmbio populacional e ao surgimento de uma nova visão acerca dos indivíduos dentro do sistema internacional, tenha ocorrido em algum momento do período analisado, um estreitamento na cooperação social entre o governo brasileiro e o governo chinês. O que observa-se a partir deste estudo é que o aumento ou a diminuição das relações sociais depende sobretudo dos governos do Brasil e da China e das variações do contexto internacional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados e das discussões apresentadas compreende-se que as iniciativas do Governo FHC (1995), Lula (2004) e Rousseff (2011) nas relações sociais configuram-se como um primeiro passo rumo à consolidação da cooperação social, porém as políticas devem ser contínuas, o que nem sempre é possível, devido à troca de governos e às mudanças no contexto mundial que leva os países a terem que rever estas políticas com frequência. De acordo com Abdenur (2011), uma relação sólida só acontecerá se houver manutenção dos interesses em comum e conhecimento das políticas e da cultura de ambos os países.

Evidencia-se, a partir do que foi exposto, que houve um estreitamento das relações sino-brasileiras desde o estabelecimento das relações diplomáticas em 1974, sobretudo nos anos de 1995, 2004 e 2011, que podem ser destacados como os três períodos imprescindíveis para o estreitamento das relações político-econômicas, mas especialmente, para a inserção com mais afinco da cooperação social na agenda bilateral sino-brasileira.

No entanto, não há indícios até o momento de que as relações sino-brasileiras possam se reduzir, uma vez que o que observa-se é que estas se intensificaram nos últimos anos, mesmo que no plano multilateral, configurando-se num aumento significativo de acordos e documentos negociados entre o Brasil e a China.

REFERÊNCIAS

Livros:

BECARD, Danielly S. R. **O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004)**. Brasília: FUNAG, 2008.

CABRAL, Severino. As Relações Brasil-China e os Desafios do Século XXI. *In: China e Índia na América Latina: Oportunidades e Desafios*. OLIVEIRA, Henrique A.de. (coord). Curitiba: Juruá, 2010, p. 245 – 253. (Coleção Relações Internacionais).

PRETO, Affonso C. de O. China Brasil. *In: Brasil e China no Reordenamento das Relações Internacionais: Desafios e Oportunidades*. Brasília: FUNAG, 2011, p. 13-34.

PROCÓPIO, Argemiro (Org). **O Século da China**. Curitiba: Juruá, 2010. (Coleção Relações Internacionais).

Capítulos de Livros:

ABDNUR, Adriana E. O XII Plano Quinquenal da China: Consequências para o Brasil. *In: Brasil e China no Reordenamento das Relações Internacionais: Desafios e Oportunidades*. Brasília: FUNAG, 2011, p. 167-179.

HOLANDA, Francisco M. B. de. Relações Brasil-China: Elementos de Aproximação e Diferenciação. *In: Brasil e China no Reordenamento das Relações Internacionais: Desafios e Oportunidades*. Brasília: FUNAG, 2011, p. 67-80.

MARTINS, Jayme. Brasil-China: Desafios e Oportunidades. *In: Brasil e China no Reordenamento das Relações Internacionais: Desafios e Oportunidades*. Brasília: FUNAG, 2011, p. 89-106.

MATTOS, Anna J. G. de. Brasil e China na Reorganização das Relações Econômicas Internacionais. *In: Brasil e China no Reordenamento das Relações Internacionais: Desafios e Oportunidades*. Brasília: FUNAG, 2011, p. 35-47.

Citações de fonte eletrônica:

MRE, Ministério das Relações Exteriores. **Quadro geral de regime de vistos para entrada de estrangeiros no Brasil**. Atualizado em: 07/02/2013; Disponível em: <<http://www.portalconsular.mre.gov.br/estrangeiros/quadro-de-regime-de-vistos-simplificado-portugues.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2013 e 05 de setembro de 2018.

_____. **Relações bilaterais: China**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-politicos-e-relacoes-bilaterais/asia-e-oceania/china/pdf>>. Acesso em: 04 de setembro de 2018.